Estudo de Eugénio Rosa – perda do poder de compra entre 2011 e 2024

20 Junho, 2024

Estudo de Eugénio Rosa quantifica a perda do poder de compra da Administração Pública entre 2011 e 2024.

A primeira constatação é que a variação na remuneração base média mensal ilíquida dos trabalhadores da administração publica foi muito desigual entre 2011/2024.

A segunda é que a perda de poder de compra foi maior nos trabalhadores mais qualificados que vão receber em 2024 menos €1.183 milhões do que receberiam se tivessem, pelo menos, mantido o poder de compra que tinham em 2011.

É evidente a crise da Administração Pública, a falta de trabalhadores nomeadamente com mais qualificações e competências e a perda continua do seu poder de compra.

Os sucessivos governos têm reduzido o défice e a dívida publica fundamentalmente à custa dos trabalhadores da Administração Pública, não aumentando as suas remunerações para, pelo menos, compensar a inflação.

Este mesmo caminho parece ser a opção do atual governo que já anunciou e comprometeu-se, em Bruxelas (19 de junho) em continuar as políticas de diminuição da dívida pública com o objetivo de atingir os critérios dos tratados europeus. Manter este objetivo é manter a desvalorização do poder de compra dos trabalhadores, é não apostar na valorização dos serviços públicos e nas funções sociais.

O quadro 1, com dados publicados pela Direção Geral da Administração e Emprego Publico (DGAEP) do Ministério das Finanças, referentes ao 1º Trimestre de 2024, revela uma realidade que está a contribuir para agravar a existente grave crise que enfrenta toda a Administração Publica e é uma das razões da sua falta de atratividade nomeadamente para trabalhadores com maiores qualificações e competências.

Quadro 1 – Variação na Remuneração base média bruta (ilíquida) dos trabalhadores da Administração Pública e do seu poder de compra entre 2011 e 2024 por categorias.

CARGO / CARREIRA / GRUPO	REMUNERAÇAO BASE MEDIA MENSAL BRUTA (antes dos descontos: CGA/SS,ADSE,IRS)				
	2011	2024	Variação 2011/2024	2024 a preços de 2011	Perda de poder de compra 2011/2024
Pessoal de investigação científica	3 322,9 €	2 902,3 €	-12,7%	2 274,7 €	-31,5%
Técnico superior de saúde	1 886,6 €	1 977,7 €	4,8%	1 550,0 €	-17,8%
Dirigente superior de 2.º grau	***3 797,6 €***	***4 065,0 €***	7,0%	3 185,9 €	-16,1%
Dirigente intermédio de 1.º grau	***3 199,3 €***	***3 425,3 €***	7,1%	2 684,5 €	-16,1%
Dirigente superior de 1.º grau	***4 061,5 €***	***4 373,1 €***	7,7%	3 427,3 €	-15,6%
Diplomata	2 465,9 €	2 658,5 €	7,8%	2 083,5 €	-15,5%
Médico	2 771,9 €	3 010,5 €	8,6%	2 359,5 €	-14,9%
Dirigente intermédio de 2.º grau	***2 663,9 €***	***2 901,9 €***	8,9%	2 274,3 €	-14,6%
Técnico superior	1 676,9 €	1 839,1 €	9,7%	1 441,4 €	-14,0%
Docente ensino universitário	3 557,7 €	3 937,1 €	10,7%	3 085,6 €	-13,3%
Pessoal de inspeção	2 147,9 €	2 421,5 €	12,7%	1 897,9 €	-11,6%
Informático	1 737,2 €	1 965,9 €	13,2%	1 540,8 €	-11,3%
Oficial de justiça	1 436,6 €	1 629,4 €	13,4%	1 277,0 €	-11,1%
Educadores de infância e docentes ensino básico/secundário.	2 055,9 €	2 353,8 €	14,5%	1 844,8 €	-10,3%
Docente ensino superior politécnico	2 925,4 €	3 350,2 €	14,5%	2 625,7 €	-10,2%
Oficial dos registos e do notariado	1 916,6 €	2 217,2 €	15,7%	1 737,7 €	-9,3%
Dirigente intermédio de 3.º e mais graus	*1 959,2 €*	*2 274,2 €*	16,1%	1 782,4 €	-9,0%
Magistrado	4 521,2 €	5 424,9 €	20,0%	4 251,7 €	-6,0%
Assistente técnico/administrativo	913,0 €	1 103,3 €	20,8%	864,7 €	-5,3%
Administração tributária e aduaneira	1 890,1 €	2 293,5 €	21,3%	1 797,5 €	-4,9%
Guarda prisional	1 026,6 €	1 250,7 €	21,8%	980,2 €	-4,5%
Conservador e Notário	3 648,6 €	4 451,0 €	22,0%	3 488,4 €	-4,4%
Bombeiro	994,9 €	1 224,8 €	23,1%	959,9 €	-3,5%
Enfermeiro	1 342,0 €	1 664,3 €	24,0%	1 304,4 €	-2,8%
Polícia Judiciária	1 857,0 €	2 355,4 €	26,8%	1 846,0 €	-0,6%
Técnico diagnóstico e terapêutica	1 258,5 €	1 599,2 €	27,1%	1 253,3 €	-0,4%
Polícia municipal	936,6 €	1 191,0 €	27,2%	933,4 €	-0,3%
Outro pessoal de segurança	1 082,6 €	1 383,6 €	27,8%	1 084,4 €	0,2%
Assist. operacional/operário/auxiliar	612,9 €	860,6 €	40,4%	674,5 €	10,1%
Fonte: DGAEP - SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024) do Ministério das Finanças e INE (inflação)					

Como mostra os dados do quadro (*DGAEP)*, entre 2011 e 2024, a variação da remuneração base média mensal bruta dos trabalhadores das Administrações variou entre **-12,7%** para o "*Pessoal de investigação científica"* e **+40,4%** para os *"Assistente operacional/Operário/Auxiliar*", este último determinado pelo aumento do salário mínimo nacional.

Se deduzirmos às remunerações base médias de 2024 a inflação verificada entre 2011 e 2024 segundo o INE, concluímos que a perda do poder de compra varia entre **-31,5% e -0,2%.**

Apenas o "*Outro pessoal de segurança*" e os "*Assistentes operacionais/operários/auxiliares"* é que tiveram aumentos de poder de compra, embora as suas remunerações sejam muito baixas.

É significativa a perda de poder de compra dos dirigentes da Administração Pública (entre 14,6% e 16,1%). Como é possível ter bons dirigentes assim?

Um outro aspeto importante que revelam os dados é que, de uma forma geral, a perda é tanto maior quanto mais elevada é a qualificação do trabalhador. A política de remunerações dos sucessivos governos não tem tido como objetivo atrair trabalhadores qualificados, muito pelo contrário, visa objetivamente afastá-los e expulsá-los.

A situação das Forças de Segurança e Forças Armadas e dos Profissionais de Saúde

O quadro 2 mostra a situação dos setores da Administração Pública que estão em maior confronto com o governo *(incluímos as Forças Armadas porque é impensável atualizar as Forças de Segurança e "esquecer" os militares).*

Quadro 2 – Variação do poder de compra da Remuneração média e do Ganho médio brutos entre 2011/2024

CARGO / CARREIRA / GRUPO	VARIAÇÃO DO PODER DE COMPRA REMUNERAÇÕES BASE MÉDIAS MENSAIS (REMM) E DOS GANHOS MÉDIOS MENSAIS (GMM) BRUTOS (antes descontos CGA/SS, ADSE e IRS)							
	2024		2024 a preços de 2011 (deduzi-se a inflação)		2011		VARIAÇÃO DO PODER DE COMPRA DA REMUNERAÇÃO E DO GANHO BRUTO ENTRE 2011/2024	
	REMM	GMM	REMM	GMM	REMM	GMM	REMM	GMM
TOTAL (todas as Administrações Públicas)	1 730,2€	2 043,5€	1 356,0€	1 601,6€	1 444,6€	1 659,9€	-6,1%	-3,5%
Forças Armadas:								
Forças Armadas - Oficial	1 975,9€	2 880,2€	1 548,6€	2 257,3€	1 826,5€	2 409,3€	-15,2%	-6,3%
Forças Armadas - Sargento	1 587,9€	2 244,2€	1 244,5€	1 758,9€	1 415,6€	1 857,4€	-12,1%	-5,3%
Forças Armadas - Praça	1 022,6€	1 536,7€	801,5€	1 204,4€	722,9€	1 000,2€	10,9%	20,4%
Polícia Judiciária	2 355,4€	3 441,8€	1 846,0€	2 697,5€	1 857,0€	2 288,3€	-0,6%	17,9%
Polícia de Segurança Pública:								
Polícia de Segurança Pública - Oficial	2 374,0€	2 788,5€	1 860,6€	2 185,5€	2 017,7€	2 371,6€	-7,8%	-7,8%
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia	1 970,8€	2 560,2€	1 544,6€	2 006,5€	1 729,8€	2 170,8€	-10,7%	-7,6%
Polícia de Segurança Pública - Agente	1 610,1€	2 201,9€	1 261,9€	1 725,7€	1 294,8€	1 739,4€	-2,5%	-0,8%
Guarda Nacional Republicana:								
Guarda Nacional Republicana - Oficial	2 869,9€	3 285,6€	2 249,2€	2 575,0€	2 427,2€	2 751,9€	-7,3%	-6,4%
Guarda Nacional Republicana - Sargento	2 150,6€	2 468,7€	1 685,5€	1 934,8€	1 819,4€	2 092,6€	-7,4%	-7,5%
Guarda Nacional Republicana - Guarda	1 647,4€	1 943,4€	1 291,1€	1 523,1€	1 285,9€	1 558,9€	0,4%	-2,3%
Guarda prisional	1 250,7€	2 398,3€	980,2€	1 879,6€	1 026,6€	1 951,8€	-4,5%	-3,7%
Médico	3 010,5€	4 176,1€	2 359,4€	3 273,0€	2 771,9€	3 642,6€	-14,9%	-10,1%
Enfermeiro	**1 664,3€**	**2 046,3€**	**1 304,4€**	**1 603,8€**	1 342,0€	1 528,5€	-2,8%	4,9%
Técnico diagnóstico e terapêutica	1 599,2€	1 908,5€	1 253,4€	1 495,8€	1 258,5€	1 412,2€	-0,4%	5,9%
Técnico superior de saúde	1 977,7€	2 308,0€	1 550,0€	1 808,9€	1 886,6€	2 090,0€	-17,8%	-13,5%
Assistente técnico/administrativo	1 103,3€	1 307,7€	864,7€	1 024,9€	913,0€	1 044,2€	-5,3%	-1,8%
Assist. operacional/operário/auxiliar	860,6€	1 068,3€	674,5€	837,3€	612,9€	748,0€	10,0%	11,9%
Oficial justiça	1 629,4€	1 920,9€	1 277,0€	1 505,5€	1 436,6€	1 677,7€	-11,1%	-10,3%

Fonte: DGAEP – SIOE – 1º Trimestre de 2024(dados disponíveis em 22-04-2024) – Ministério das Finanças e INE (inflação)

Como revelam os dados do quadro, nestes setores da Administração Publica – *Forças Armadas, Forças de Segurança, Profissionais de saúde* – as categorias que perdem mais poder de compra entre 2011 e 2024, são as dos postos mais elevados *(oficiais, chefes, sargentos)*, e a nível de profissionais de saúde são os médicos e os técnicos superiores de saúde. Outra conclusão importante é que a perda de poder compra médio nestas categorias entre 2011 e 2024 que para os médicos varia entre 10% e 15% é mais do dobro da perda de poder compra médio em todas as Administrações Públicas *(nas Administrações Públicas: -3,5% no Ganho medio mensal bruto; -6,1% na remuneração base media mensal bruta)*.

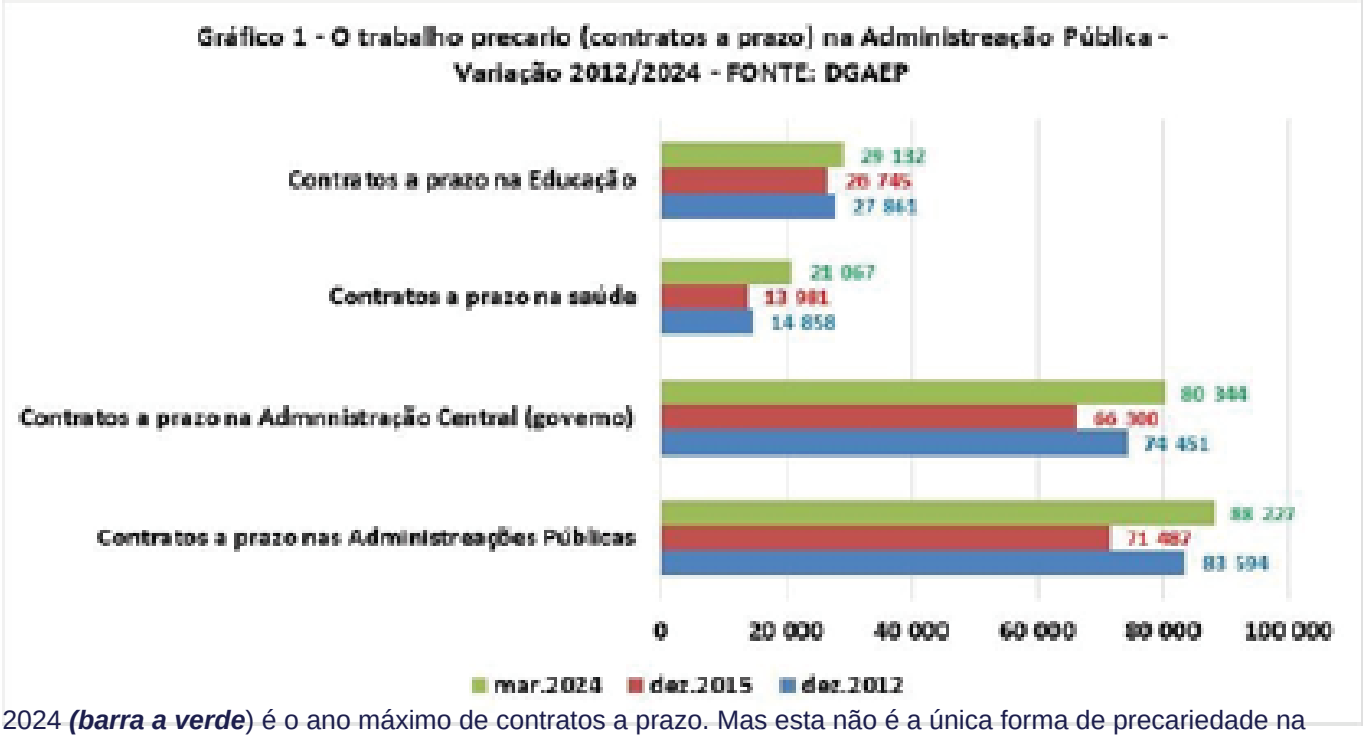
Os trabalhadores da administração pública vão receber em 2024 menos 1185 milhões € do que receberiam se o poder de compra que tinham em 2011 fosse mantido.

Para que o poder de compra da remuneração media mensal bruta dos trabalhadores das Administração Públicas fosse igual ao de 2011, teria de ser aumentada em 113€. Multiplicando este valor pelos 748870 trabalhadores que existiam em março de 2024 e por 14 meses obtém-se 1185 milhões € a menos. Em relação aos médicos, para que a remuneração base media bruta tivesse em 2024 o mesmo poder de compra que tinha em 2011 era necessário um aumento na remuneração média de 525,5€ (+17,5%) por mês. Fazendo as mesmas contas para os 34.375 médicos do setor publico em março de 2024, eles vão receber menos 253 milhões €. É um valor bruto. Se

deduzirmos a CGA e IRS, que o Estado retém, o valor líquido reduz-se apenas a 124 milhões€.

A variação dos contratos a prazo e da precariedade nas administrações públicas entre 2011/2024

O gráfico 1, dados da DGAEP, mostra a variação dos contratos a prazo nas Administrações Públicas



2024 ***(barra a verde***) é o ano máximo de contratos a prazo. Mas esta não é a única forma de precariedade na Administração Pública. Ainda há outra que é enorme e que está oculta na rubrica/despesa "*prestação de serviços"*. Por ex. na ADSE, devido aos obstáculos postos pelo governo à contratação de trabalhadores, todos os anos a ADSE contrata a empresas de trabalho temporário pacotes de 20 000 horas que paga entre 7€ a 8€ à hora ***(os trabalhadores contratados a prazo pela empresa recebem menos).***

Vários são os setores da Administração Pública, incluindo nós, enfermeiros, que estamos em negociação. Em setembro inicia-se o processo negocial anual com o objetivo de negociar os aumentos salariais anuais.

Todos nos lembramos que, durante a campanha eleitoral, o partido político que sustenta o atual governo comprometeu-se em valorizar as carreiras da administração pública e, ainda, a critica constante ao anterior governo pelas cativações que impediram o investimento público, incluindo em recursos humanos, em equipamentos e inovação.

Tanto nas negociações especificas da Carreira de Enfermagem como nas gerais da Administração Pública, a nossa determinação e disponibilidade para inverter a realidade que os números demonstram vão ser determinantes.